

## Medo e arrogância na vida pública

Luiz Carlos Bresser Pereira

Texto preparado para livro que Maria Olympia França estava organizando, *Burrrrice Emocional*, mas afinal não foi publicado. São Paulo, 4.4.1999. Disponível no meu site.

Aprendi com o Dr. Carlos Heliodoro Pinto Afonso que o pensamento verdadeiro é aquele que combina razão e emoção. Não aprendi esta verdade racionalmente, mas vivencialmente, no processo de uma análise freudiana (e bioniana) que durou quatro anos e marcou minha vida. Hoje, portanto, quando vejo o sucesso do livro de Daniel Coleman, *Inteligência Emocional*, não me surpreendo.<sup>1</sup> Como também não me surpreendi quando Maria Olympia França me convidou para colaborar neste livro sobre a burrice emocional. A verdadeira inteligência não é apenas aquela que é medida nos testes de QI, não é apenas o raciocínio abstrato e a familiaridade com a cultura ocidental que esse teste mede. Estou cansado de ver pessoas que têm um QI baixo, e que, no entanto, são dotadas de outras qualidades emocionais e sociais que as tornam, afinal, inteligentes. Mais comum ainda é ver pessoas dotadas de altíssimo QI, que no entanto fracassam em administrar sua própria vida, revelando sua incapacidade para pensar. A verdadeira inteligência não é nem a racional nem a emocional, mas a integral, ou, talvez mais precisamente, integrada. A inteligência integrada combina razão e emoção, para proporcionar a cada um de nós e aos que nos rodeiam uma “vida boa”. Inteligência não é algo que exista em abstrato, mas uma qualidade individual que só é valor se contribuir para a nossa própria felicidade, e – como nossa felicidade ou nossa vida boa depende da felicidade dos outros – se também contribuir para o bem-estar, a segurança e a liberdade dos demais.<sup>2</sup>

Sei que o que estou afirmando não é consensual. Exigir que a inteligência use bem não apenas a razão mas também a emoção já é algo discutível. E mais discutível ainda é exigir que a inteligência obedeça a princípios éticos para ser plena. Não pretendo, porém, discutir teoricamente estas proposições, não apenas porque falta-me competência intelectual para tanto: também porque há certos problemas, principalmente aqueles relacionados à nossa própria vida, que fazem antes parte das nossas crenças e de nossos valores mais profundos do que da nossa razão. Sei que existem pessoas que são bem sucedidas no plano econômico ou político porque souberam enganar e fraudar os outros, e, dado seu sucesso, parecem muito inteligentes, mas tenho dúvidas que pessoas desse tipo logrem o resultado maior da inteligência integrada: a vida boa, que envolve a satisfação conosco mesmo e o respeito dos que nos cercam.

Em termos operacionais, vou entender neste pequeno ensaio que a inteligência integrada é aquela que nos ajuda e nos dá força para pensar e tomar as decisões corretas em relação a nossa própria vida, a nossos negócios, e à vida em sociedade ou à política. Estou convencido que a vida privada como a vida pública é algo que se administra, com cuidado, com firmeza, com equilíbrio, combinando coragem e prudência, ambição e modéstia, amor a si próprio e respeito pelos outros. Ora, administrar, ser executivo na vida pública ou na vida privada, é sempre tomar decisões em situação de incerteza. É usar da inteligência integrada, racional e emocional, para não apenas tomar as decisões corretas mas também para ter a força ou a garra para levá-las adiante uma vez tomadas.

Eu sempre vi a vida como um navegar em meio a escolhos. Os perigos são muitos, mas se à inteligência acrescentarmos a sorte, ou, em termos de Maquiavel, se à *virtù* adicionarmos a *bona fortuna*, que a todos é necessária mas nem a todos é concedida, lograremos alcançar a vida boa para nós mesmos, e contribuir de alguma forma para a dos outros.

Coleman, ao definir inteligência emocional, diz que, além de um bom QI, esta se caracteriza por um conjunto de outras características, como, por exemplo, “a capacidade de criar motivações para si próprio e de persistir num objetivo apesar dos percalços; de controlar impulsos e saber aguardar pela satisfação de seus desejos; de se manter em bom estado de espírito e de impedir que a ansiedade interfira na capacidade de raciocinar; de ser empático e autoconfiante”.<sup>3</sup> De fato, a inteligência integrada é aquela que, ao integrar razão e emoção de forma viva e dialética, aumenta a qualidade do resultado da inteligência – a capacidade de pensar bem. Esta, por sua vez, envolve a criatividade, a capacidade de inovar, a firmeza em tomar decisões corretas, e a determinação de lutar por suas ideias e decisões.

A capacidade de pensar de forma integral envolve razão, emoção e virtude moral. Ao combinarmos esses três fatores para pensar e decidir algumas emoções são perigosas, outras benéficas: as mais perigosas, porque produzem a incapacidade para pensar, são o medo, a arrogância, a inveja, e o ódio, principalmente quando este se pensa amor; as mais benéficas são a autoconfiança ou o gostar-se de si mesmo, o amor, e a compaixão ou a solidariedade. Existe, porém, um terceiro tipo de emoção que é tão perigosa quanto necessária: o interesse pessoal expresso na ambição, na força interna de persistir e vencer. Esta emoção será perigosa se o interesse for meramente egoísta, se ambição for desmesurada; será benéfica, se obedecer à justa medida e for também solidária.

Neste trabalho vou relatar e analisar algumas experiências que tive na vida pública, em que a minha capacidade para pensar de forma integrada ou a dos que me rodeavam foi fortemente afetada, de forma positiva ou negativa, por essas emoções. Nesse setor as emoções que atingem mais fortemente a capacidade para pensar são provavelmente o medo e a arrogância. Medo que imobiliza os homens públicos, arrogância que os faz perder o sentido da realidade. Trabalhei para três governos: o Governo Montoro, de 1983 a 1986, em São Paulo; o Governo Sarney, em 1987; e o Governo Fernando Henrique, de 1995 até o presente

(escrevo em abril de 1999). Falarei aqui sobre três momentos, nesses governos, em que a inteligência integrada manifestou-se como capacidade para pensar, ou a falta dela, como incapacidade.

## **Governo Montoro**

André Franco Montoro governou São Paulo entre 1983 e 1986. Foi o primeiro governo democrático do Estado, depois de quase vinte anos de governadores nomeados pelos militares. Particpei dos quatro anos do Governo Montoro – um extraordinário governo, daqueles que nos torna felizes e honrados por ter participado da vida pública. Aliás, foi a primeira vez que participei de um governo. Poderia ter participado do Governo Carvalho Pinto, entre 1958 e 1961, já que todos os meus amigos mais próximos da Ação Católica, todos inscritos no PDC – Partido Democrata Cristão – o fizeram. Fiquei de fora porque em 1955, durante as eleições presidenciais, havia rompido com o PDC, por ter este apoiado Juarez Távora e não Juscelino Kubitschek.

Montoro assumiu o governo de São Paulo em plena crise política do governo militar, e em um momento em que este estava, adicionalmente, envolvido em severo ajuste fiscal, que dava sustentação à necessária desvalorização do câmbio realizada em fevereiro daquele ano. Crise política somada a crise econômica resultavam em crise social. Não obstante todas essas dificuldades Montoro realizou um grande governo. Por que? Principalmente porque não se deixou levar por emoções como a arrogância ou a vaidade, e ao invés de tudo centralizar, preferiu delegar grande parte de suas atribuições a uma extraordinária equipe que ele, ajudado principalmente por seu filho André Franco Montoro Filho, foi capaz de reunir. Montoro não é um executivo, é um formulador de políticas, é um homem com visão ampla e generosa do mundo, é um incansável lutador em prol de suas ideias-chave: democracia, ética na ação pública, descentralização que ele define principalmente como municipalização, participação dos cidadãos que deve sempre acompanhar a descentralização, estado de direito complementado pela expectativa de solidariedade, defesa do interesse nacional. Como precisava do auxílio de executivos, não teve dúvida em delegar a seus auxiliares, principalmente a José Serra, que é um competente executivo, boa parte de suas funções executivas. Conservou suas prerrogativas de formular políticas, de orientar o governo, de tomar as decisões principais, mas sua inteligência integrada permitiu-lhe lidar bem com suas emoções, e assim escolher auxiliares que o complementavam.

Nesse grande governo, entretanto, alguns setores funcionaram mal. Por que? Podemos encontrar muitas razões, mas aquela que sempre me convenceu ter sido a principal foi a arrogância de alguns de seus secretários que decidiram que as diretorias de todas as secretarias e empresas que o novo governo assumira em 15 de março de 1983 eram formadas por “malufistas”, por adeptos do governador que antecederia Montoro, conhecido por seu

autoritarismo e pela corrupção em que sempre esteve envolvido. Esta arrogância, que o próprio Montoro jamais teve, levou esses secretários a não pensar. A deixar seu pensamento ser dominado por sua arrogância, e a fazer terra arrasada da administração pública paulista. Não compreenderam que os melhores burocratas, que são preciosos, servem a qualquer governo, mas nem por isso com ele se identificam política ou eticamente. O resultado da falta de pensamento integrado por parte de alguns dos secretários e presidentes de empresas estatais foi não contarem com os melhores quadros da administração pública paulista, de forma que, no final do governo, se fizéssemos uma classificação dos melhores e dos piores órgãos do Governo Montoro, provavelmente verificaríamos que a ordem de sucesso das secretarias, autarquias ou empresas corresponderia aproximadamente ao fato de terem ou não respeitado a burocracia existente.

## **Governo Sarney**

O Presidente José Sarney enfrentou uma conjuntura econômica e política particularmente difícil em seu governo, que começa em março de 1985, marcando o fim do regime militar, e termina cinco anos depois, em março de 1990, quando o país estava entrando na primeira hiperinflação de sua história (inflação mensal de 72 por cento naquele mês). A inflação que a nova administração encontrou já era alta, girando em torno de 10 por cento ao mês, e se agravou no primeiro ano do governo, que, otimista com a nova democracia, procurava aumentar seus gastos na área social sem buscar fontes adicionais de recursos para tanto. Quando, em fevereiro de 1986, a inflação alcançou 16 por cento ao mês, o governo lançou o Plano Cruzado - uma política inovadora de combate à inércia inflacionária, consistindo de um congelamento de preços temporário acompanhado por uma série de tabelas de conversão de preços de bens e salários visando neutralizar a inércia, ou seja, o aumento defasado de preços que ocorria em função da indexação formal e informal da economia.

O plano de estabilização era extremamente bem pensado. Era o resultado de todo um esforço teórico de conceituar e descobrir os remédios para esse tipo de inflação crônica ou inercial.<sup>4</sup> Neutralizar a inércia significava trazer todos os reajustes de preços defasados para um mesmo dia, de forma a eliminar o fator inercial, e, nesse dia, congelar os preços – o que foi adotado pelo Plano Cruzado – ou então substituir a moeda por uma nova, como foi feito com mais sofisticação oito anos mais tarde, no Plano Real, pela mesma equipe de economistas.<sup>5</sup> No primeiro caso, o mecanismo de neutralização da inércia eram as tabelas de conversão de preços; no segundo, a URV – Unidade Real de Valor – um preço-índice para o qual os agentes econômicos converteram os seus preços nos três meses anteriores a esse preço-índice se transformar na nova moeda, o Real.

Entretanto, se o Plano Cruzado foi um exemplo de inteligência integrada e criativa, sua execução foi um desastre no qual o descontrole das emoções desempenhou um papel forte. O

congelamento dos preços trouxe, de repente, para os brasileiros a tão almejada estabilidade. E mais: como as autoridades econômicas ignoraram a crise fiscal e a sobrevalorização do câmbio, o Plano Cruzado trouxe adicionalmente uma enorme prosperidade, fruto de dois desequilíbrios que potencializavam mutuamente seus efeitos expansivos: o déficit público levava ao aumento da demanda agregada, que o câmbio baixo aumentava ainda mais ao elevar os salários reais e ao estimular o consumo. Vivíamos assim na fase expansiva clássica do ciclo populista, que termina quando o déficit em conta corrente deixa de ser financiado pelos credores internacionais e sobrevém a crise cambial.<sup>6</sup>

Entretanto, os responsáveis pela política econômica não conseguiam se dar conta destes fatos. Não o logravam provavelmente porque não tinham condições emocionais para tanto. O Presidente e o Ministro da Fazenda haviam se tornado de tal forma populares, que não tinham condições práticas de perceber a armadilha em que o país e eles próprios estavam entrando. O sucesso embriaga, e nos leva a perder o sentido da realidade e a capacidade para pensar. Sempre me lembro de meu caro amigo Dilson Funaro, o Ministro da Fazenda do Plano Cruzado, quando jantei com ele em agosto de 1986. Impressionou-me a quase veneração com que era tratado por todos no restaurante. E quando lhe disse que era preciso tomar medidas imediatas para conter a demanda agregada, elevando os juros e iniciando um ajuste fiscal, ele me disse que não me preocupasse. Que de fato havia algum excesso de demanda, mas que ele iria para a televisão, faria um apelo ao povo, e o consumo seria reduzido. Dilson, que era um empresário e um homem público da melhor qualidade, perdera o contato com a realidade, deixara de pensar. As emoções se revelavam mais fortes.

Coube a mim suceder Dilson Funaro no Ministério da Fazenda. Foi então que percebi como o medo podia ser uma emoção que impedia o pensamento e a tomada de decisão. O país vivia uma crise aguda, resultado do colapso do Plano Cruzado. Fiz um congelamento de emergência, que ficou chamado de Plano Bresser. Como esperava, não resolveu o problema da inflação, apenas abriu espaço para que eu tivesse tempo de preparar o Plano de Controle Macroeconômico que me permitiria, primeiro, negociar em termos viáveis para o país o fim da moratória da dívida externa que Dilson declarara dois meses antes, e, segundo, realizar um novo e definitivo plano de estabilização. Para negociar a dívida externa, entretanto, convenci-me que necessitava de uma nova ideia, de uma proposta que levasse a um desconto na dívida, já que a simulação macroeconômica que fazia parte do Plano de Controle Macroeconômico demonstrava ser impossível compatibilizar o serviço pleno da dívida existente com taxas razoáveis de crescimento para o país. Surgiram, assim, a partir de conversas com banqueiros e economistas, duas ideias: a primeira era a da securitização da dívida com um desconto, e a segunda, a de uma desvinculação parcial dos bancos comerciais com o Fundo Monetário Internacional, já que a vinculação total então existente impedia qualquer progresso nas negociações.

Estas ideias constituíram, menos de dois anos depois, o cerne do Plano Brady, através do qual o problema da dívida externa foi finalmente equacionado. Naquele momento,

entretanto, era uma ideia totalmente nova, e arriscada. Quando a apresentei, além da resistência que encontrei no governo, exceto no Presidente Sarney, que sempre me apoiou nessa matéria, encontrei também resistência entre meus auxiliares. Alguns se apavoraram. “Não faça isto”, diziam alguns. “Vá com mais cuidado”, diziam outros, e completavam os dois grupos: “porque você arrisca perder seu cargo”. Lembro-me bem do sentido da resposta que lhes dei. “Não se preocupem com o meu cargo. Eu estou no Ministério da Fazenda para resolver os problemas, ainda que arriscando minha posição. Estou pronto para fazer compromissos em questões menores, não nas essenciais”.

Aqueles que me davam conselhos tão prudentes estavam, na verdade, expressando seu medo. Medo que me teria paralisado, se eu houvesse aceito seus conselhos. Depois disso, em algumas ocasiões, vivi situações semelhantes. Ou as presenciei. E verifiquei como o medo é a emoção mais disseminada na vida pública. É o mal por excelência dos burocratas, cuja vida e carreira depende do cargo. Há muitos altos servidores públicos que são inteligentes, bem preparados, equilibrados emocionalmente, dotados de espírito público, mas são raros os que têm realmente coragem. Escondem seu medo falando em prudência, mas na verdade se há uma emoção que com frequência os impede de pensar, esta emoção é o medo.<sup>7</sup> Por outro lado, se me perguntarem qual a característica essencial do estadista além da visão do futuro, eu diria que é a capacidade de combinar a coragem com a prudência.

## **Governo Fernando Henrique**

O episódio mais importante em que as emoções impediram o pensamento no Governo Fernando Henrique foi o da sobrevalorização do câmbio. No primeiro semestre do ano anterior a sua posse como Presidente da República, o então Ministro da Fazenda lograra de forma corajosa no plano moral, engenhosa no plano econômico e habilidosa no plano político, estabilizar a moeda nacional. Mas quando seu governo começou, em janeiro de 1995, depois de haver ficado nove meses fora do governo anterior, o câmbio já estava valorizado, devido a uma política irresponsável do Banco Central nos meses anteriores. Era necessário desvalorizá-lo para que o país pudesse retomar o crescimento que a estabilização agora possibilitava. Em um primeiro momento ficou claro que sem a desvalorização qualquer taxa maior de crescimento produziria grave desequilíbrio em conta corrente, obrigando as autoridades econômicas a por freio na economia. Por isso, na primeira ocasião em que o déficit em conta corrente ameaçou tornar-se explosivo, ainda em 1995, o Banco Central aumentou radicalmente as taxas de juros, inviabilizando qualquer desenvolvimento real. Nesse primeiro momento, ainda tínhamos alguma autonomia para formular política monetária. Em um segundo momento, entretanto, quando o mercado formou a convicção sobre a necessidade de desvalorizar, o governo havia perdido autonomia sobre a taxa de juros. Agora era o mercado que exigia um prêmio de risco extorsivo sobre a taxa de juros internacional para continuar a financiar o Brasil. Da mesma forma, o desenvolvimento ficava inviabilizado. Assim, os

quatro primeiros anos do governo foram marcados por câmbio valorizado, alta taxa de juros, e taxa de crescimento muito menor do que seria lícito esperar.

O segundo momento da equivocada política cambial começou quando o Banco Central decidiu desvalorizar gradualmente, o que implicava taxas de juros ainda maiores para cobrir essa expectativa de desvalorização. Alguns economistas afirmavam que essa política era equivocada. Que o custo da desvalorização gradual seria altíssimo. E que arriscávamos a todo instante a perda do crédito internacional, especialmente se ocorresse algum choque externo. O primeiro choque ocorreu em 1997, com a crise da Ásia, mas o Banco Central não alterou sua política. O segundo choque, definitivo, foi o da Rússia, em setembro de 1998. Nesse momento as agências financeiras multilaterais, que haviam sempre apoiado a política de câmbio do país, mudaram de posição e pressionaram o Brasil para desvalorizar, mas o Banco Central continuou inabalável em sua posição. Foi só em janeiro de 1999 que o Presidente da República, convencido do equívoco dos dirigentes do Banco Central, decidiu desvalorizar. E o fez demitindo o Presidente do Banco Central, Gustavo Franco, que fora o principal responsável pela política suicida de câmbio valorizado.

Por que aconteceu tal coisa? Há uma razão geral: desvalorizar é sempre um risco, envolve sempre algum tipo de crise. Logo os medrosos, os “conservadores”, preferirão sempre não desvalorizar, ou fazê-lo gradualmente. Esse medo esteve presente todo o tempo no Brasil, desde janeiro de 1995. Naquela época e até meados de 1998 a grande maioria dos economistas e empresários brasileiros acompanhava as agências multilaterais em afirmar que o câmbio estava correto, ou que poderia ser desvalorizado gradualmente. E que o verdadeiro problema da economia brasileira era o déficit público, não o câmbio. Fazendo-se o ajuste fiscal, acrescentavam, a sobrevalorização se resolveria automaticamente. Sem dúvida, mas de uma forma irracional, que ninguém estava disposto a explicitar. Esta resolução ocorreria se o ajuste fiscal fosse tão grande ao ponto de provocar tremenda recessão, deflação e a queda dos salários reais, levando à mudança dos preços relativos a favor dos bens comercializáveis internacionalmente. Há evidentemente formas menos violentas, mais racionais e mais éticas de desvalorizar uma moeda.

Mas não foi apenas o medo que impediu que o Real fosse desvalorizado. A isto acrescentou-se a arrogância do jovem presidente do Banco Central, que, durante quatro anos, e mesmo depois de demitido, afirmava contra tudo e contra todos que só ele estava certo. Ora, se o medo é terrível, a arrogância é mortal para o pensamento. Sua arrogância foi tanta que saiu do Banco Central atirando, o que levou Horácio Lafer Piva, o jovem empresário que ocupa a presidência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo a afirmar de forma muito significativa: “o fracasso subiu-lhe à cabeça”. Não há forma mais expressiva de dizer que alguém perdeu a capacidade de pensar.

Na verdade, não há nada mais mortal para a capacidade para pensar do que a arrogância. A arrogância impede o reconhecimento do erro, impede o diálogo, impede o

avanço das ideias, impede qualquer tipo de ação comunicativa nos termos propostos por Habermas.<sup>8</sup> A arrogância só é admissível quando somos muito jovens, inexperientes, e temos poucas responsabilidades. Em homens públicos que lidam com a vida de milhões de seres humanos, é indesculpável.

## Conclusão

“A política é a arte do compromisso”, disse-me uma vez meu pai quando eu era ainda criança e lhe perguntei o que era política. A política é mais do que isto, é a arte do bem comum, é a arte da persuasão, é a arte da liderança, e é a arte do compromisso. Em qualquer hipótese, é a arte de tomar decisões em situação de incerteza, tendo em vista a conservação do poder e a realização do bem comum. Podemos, sem dúvida, fazer política sem este último requisito, mas, em uma democracia, essa será sempre uma política menor. A grande política, nas democracias, é sempre realizada por homens e mulheres excepcionais, que ao mesmo tempo que buscam seu próprio poder, têm uma noção clara de que trabalham para o interesse geral.

Mesmo os melhores políticos, entretanto, podem, de boa fé, pensar errado e cometer graves equívocos. Isto acontecerá muitas vezes por falta de informação ou por erro de avaliação – o que é desculpável. Pode acontecer, também, por medo ou falta de coragem para enfrentar os interesses estabelecidos – o que é menos desculpável. E pode, finalmente, acontecer por arrogância, por *hubris* – o que é indesculpável. Sem a humildade de estar sempre pronto a aprender é impossível bem governar um país.

Em minha experiência de vida, tenho sempre visto que a capacidade para pensar é um dom, mas é também uma qualidade que se adquire. A capacidade para pensar aumenta quando usamos nossa razão e nossas emoções de forma harmoniosa; quando a razão modera a emoção e por ela é moderada; quando as emoções, bem conhecidas e controladas, geralmente expressas na forma de interesses ou de ambição, tornam-se o aguilhão a nos mover; quando a dúvida não é apenas uma questão sistemática, mas um freio imposto à razão por nossas melhores emoções, particularmente por nossa humildade. Nossa capacidade para pensar desaparece, transforma-se em incapacidade, quando nos deixamos dominar pelos interesses e pelas emoções; quando os interesses são tão poderosos que perdemos o sentido ético da vida; quando a razão é tão segura que se transforma em arrogância e a prudência tão dominante que afinal apenas exprime o medo; quando as emoções transmudadas em paixões são tão fortes que a razão soçobra.

Nossa capacidade para pensar está sempre em movimento. Seria bom se estivesse sempre em progresso, mas sabemos que isto não é verdade. Que às vezes entramos em crise de ansiedade, ou em mania, e perdemos o controle das nossas emoções. Que outras vezes os nossos interesses egoístas se tornam tão fortes, que perdemos o sentido ético da vida. Em

seguida, porém, nos recuperamos e começamos novamente nosso aprendizado de viver e pensar. Um aprendizado difícil, trabalhoso, mas fascinante como a vida humana.

## Referências

- Bresser Pereira, Luiz Carlos (1992) "Contra a Corrente: A Experiência no Ministério da Fazenda". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº19, julho 1992.
- Bresser Pereira, Luiz Carlos (1996) "A Inflação Decifrada", *Revista de Economia Política*, 16(4) outubro 1996.
- Bresser Pereira, Luiz Carlos (1999) "A Turning Point in the Debt Crisis". *Revista de Economia Política*, 19(2) abril 1999.
- Canitrot, Adolfo (1975) "A Experiência Populista de Redistribuição de Renda". Em Bresser Pereira, org. (1991) *Populismo Econômico*. São Paulo: Nobel, 1991. Originalmente publicado em 1975.
- Coleman, Daniel (1995) *Inteligência Emocional*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. Publicado originalmente nesse mesmo ano, com o título *Emotional Intelligence*.
- Habermas, Jürgen (1981) *The Theory of Communicative Action (Volume I e II)*. Boston: Beacon Press, 1984 (edição original alemã, 1981).
- Sachs, Jeffrey D. (1990) "Conflito Social e Políticas Populistas na América Latina". *Revista de Economia Política* 10(1), janeiro 1990. Republicado em Bresser Pereira, org. (1991) *Populismo Econômico*. São Paulo: Nobel, 1991.
- Savater, Fernando (1991) *Ética para Amador*. Barcelona: Editorial Ariel.

---

<sup>1</sup> - Coleman (1995).

<sup>2</sup> - Sobre a relação entre a própria felicidade e a dos outros como base de uma perspectiva ética do mundo, ver Savater (1991).

<sup>3</sup> - Coleman (1995: 46-47).

<sup>4</sup> - Os principais participantes da elaboração da teoria da inflação inercial foram, no Rio, Pêrsio Arida, André Lara Resende, Francisco Lopes, Edmar Bacha e Roberto Modiano; em São Paulo, Adroaldo Moura da Silva, Yoshiaki Nakano e Luiz Carlos Bresser Pereira. Para um relato do desenvolvimento da teoria da inflação inercial ver Bresser Pereira (1996).

<sup>5</sup> - Os dois principais autores do Plano Real e da ideia da URV, Pêrsio Arida e André Lara Resende, foram também os principais responsáveis pelo Plano Cruzado.

<sup>6</sup> - Sobre o ciclo populista ver Canitrot (1975), que faz a primeira análise do ciclo populista, e Sachs (1990), que sintetiza as análises anteriores.

<sup>7</sup> - Para os interessados em um relato de minha experiência no Ministério da Fazenda, ver Bresser Pereira (1992, 1999).

---

<sup>8</sup> - Habermas (1981).